

# *Políticas de gestão de colecções*

*(Parte 1)*

Alice Semedo

**Resumo** – *Este artigo discute algumas das questões que se relacionam com o desenvolvimento de políticas de gestão de colecções em museus. Esta primeira parte examina as razões para o surgimento e implementação de programas de Acreditação e Registo nos Estados Unidos e no Reino Unido que, aliados a um interesse renovado nos códigos deontológicos, são referidos como factores internos cruciais que estimularam o desenvolvimento destas políticas.*

**Abstract** – *This article discusses some of the questions related with the development of collections management policies in museums. This first part examines the reasons for the emerging and implementation of Accreditation and Registration programmes in the United States and in the United Kingdom which, in conjunction with a renewed interest in Codes of Ethics, will be referred as crucial internal factors for the development of such policies.*

*Whatever sort of architectural front museums may present to their communities and the world, they are glass houses. They exist for the public to "come and see". The public needs to be able to trust what we show them. These are matters of integrity that begin with candour and honesty from within – with the governing body, the director and the staff. This sort of climate is fostered by the dialogue that informs the development of codes of ethics and written collections management policies.*

J. Foss, Let's kill all layers: registrars, law and ethics in M. Case (ed.) *Registrars on Record*, AAM, Washington D.C. 1988.

## 1. Introdução

Através das suas colecções e programas de comunicação e investigação, os museus contribuem para o enriquecimento da experiência humana, estimulando a nossa curiosidade, alargando a nossa base de conhecimentos e constituindo-se como lugares privilegiados de descoberta da memória colectiva e de criatividade. Os museus de hoje aspiram a ser lugares vivos, propondo programas que se que-rem relevantes, plenos de imaginação e energia, lugares onde podemos assistir a palestras, a *performances*, lugares onde podemos participar em workshops e em tantas outras actividades promovidas no âmbito das mais diversas exposições que nos apresentam interpretações das colecções, dos objectos tangíveis salvaguardados em museus. Nos bastidores, a complexa máquina museológica labora incansavelmente: investigando, coleccionando, preservando, gerindo e interpretando o património cultural e natural do mundo. Estas colecções preservadas em museus são, de facto, um dos mais importantes bens da humanidade e ao reconhecer este significado do acervo museológico destaco o serviço distinto e essencial que os museus desempenham nas nossas sociedades<sup>1</sup>.

Neste sentido, a gestão integrada destas colecções constitui-se como função museológica central, merecendo especial destaque. Andrew Roberts<sup>2</sup>, um dos primeiros investigadores a sistematizar estas questões, considera que o conceito de gestão de colecções abrange as políticas e procedimentos que se relacionam com a aquisição, inventário, catalogação, controle, utilização, empréstimo e alienação das colecções. Inclui ainda, na sua definição, os aspectos que se relacionam com a gestão de exposições e transporte das colecções. A Associação de Museus do Reino Unido<sup>3</sup> abraça nesta noção todos os aspectos que se relacionam com os cuidados para com as colecções, nomeadamente os que dizem respeito à sua aquisição, documentação, investigação, conservação e instalação em reserva. *O Royal Ontario Museum* foi, sem qualquer margem de dúvida, outra das instituições que marcou fortemente o delinear deste conceito, assumindo, por sua vez, uma visão mais integrada com uma dimensão marcadamente ética: "*the planned, organised and co-ordinated effort of an institution to be accountable at all times for the collection it holds with respect to all physical and administrative aspects essential to its well being*"<sup>4</sup>. É, seguramente, esta abordagem que me parece mais interessante.

No verão de 1991 e no âmbito de uma dissertação para o *Master of Arts* em Estudos de Museus que na altura frequentava no Departamento de Estudos de

<sup>1</sup> Ainda que reconhecendo, logicamente e à luz das discussões actuais, as limitações de representatividade destas colecções museológicas.

<sup>2</sup> ROBERTS, A. - (ed.) *Collections Management for Museums*, Proceedings of an International Conference, MDA, 1988.

<sup>3</sup> MUSEUM ASSOCIATION *A National Strategy for Museums*, Annual Report. MA, Londres, 1991.

<sup>4</sup> YAMAMOTO, T. - Inter-relationship of collections and risk management in Roberts, A. (ed.) *Collections Management for Museums*, MDA, 1988, p. 147.

Museus da Universidade de Leicester<sup>5</sup>, desenvolvi um questionário com o apoio de Geoffrey Lewis – então Professor desse Departamento e Presidente do ICOM – e sob orientação de Anne Fahy. Esse instrumento pretendia apoiar um levantamento das práticas de gestão de colecções em museus em Portugal. Foram seleccionados 27 museus da zona centro que representavam diferentes tipos de colecções, tutelas, etc. Doze destes museus foram considerados de interesse particular e por isso visitados. Os directores, quando disponíveis, foram entrevistados. Apesar das visitas efectuadas, a resposta aos questionários foi extremamente fraca (apenas 4 respostas) e encontrei um campo de inquérito difícil e fechado, de grande desconfiança que nem as visitas nem as entrevistas – na maioria dos casos – conseguiu ultrapassar. A apresentação de um "caso-estudo" nesta dissertação não se justificava, optando por outras abordagens. Por outro lado, praticamente não havia material publicado em Portugal sobre estes assuntos. No entanto, durante as visitas constatei que alguns problemas em gestão de colecções se encontravam com frequência na maioria destas instituições: a documentação das colecções era muitas vezes inadequada e sofria de falta de definição de normas e, nessa altura, a informatização do inventário ou de qualquer outra informação era ainda uma novidade nos museus Portugueses. A verdade é que a documentação era, na maior parte dos casos, pouco consistente, resultando em colecções pobremente documentadas. Registos, documentação inadequada e pobre significa que as colecções pouca utilidade têm; para além de todos os problemas legais e éticos que poderiam ser apontados significa que se torna mais difícil prevenir e detectar problemas em relação, nomeadamente, à sua conservação e segurança; significa que a interpretação das colecções, quer através de exposições quer através de outros programas de comunicação, se encontra truncada.

Por outro lado, colecções eram frequentemente guardadas em condições inapropriadas, deteriorando-se. Em muitos museus foi detectado um enorme *backlog* de trabalho de conservação urgente, agravado pela pouca informação precisa que se dispunha acerca das condições de conservação das diversas colecções. Para além disso, quer os espaços de reserva quer os espaços de exposição não apresentavam muitas vezes os níveis mínimos de segurança.

A definição de políticas de aquisição (ou de qualquer outra área relacionada com a gestão de colecções) não era uma prática comum. A definição destas políticas conduziria, certamente, os museus portugueses a práticas mais racionais, permitindo ultrapassar o desequilíbrio frequentemente encontrado entre as colecções que albergam e as necessidades e recursos disponíveis, conduzindo-os em direcção ao desenvolvimento de políticas coordenadas quer a nível local / regional quer nacional.

---

<sup>5</sup> SEMEDO, A. - *The Case for Collections Management Policies*, Dissertation submitted in partial fulfilment for the degree of Master of Arts in Museum Studies, Department of Museum Studies, University of Leicester, (Documento policopiado), 1991.

As causas para estas dificuldades eram facilmente compreendidas. Os recursos financeiros e humanos disponíveis exíguos se não justificavam todo o abandono explicavam-no em grande parte. O facto de a maior parte destes museus se encontrar albergado em edifícios históricos, frequentemente pouco adequados para o controle ambiental e de segurança ou mesmo para acolher instalações administrativas, educativas, reservas, etc., constituía outro factor agravante. Outro problema que os afectava era, sem dúvida alguma, a ausência de uma estrutura nacional de formação profissional em museologia. A profissionalização do sector tem sido um importante factor para a qualidade e eficiência do desenvolvimento e implementação de programas de gestão de colecções – é através da formação que a disseminação de informação e debate de ideias ocorre. Por outro lado, os conservadores que encontrei nestes museus eram amiúde desviados destas responsabilidades e deveres por outras funções que eram chamados a desempenhar. As muitas exigências (organização de exposições, actividades educativas, atendimento público, etc.) que lhe eram colocadas, impediam-nos de fornecer o nível consistente e adequado de atenção que as colecções requeriam.

O desenvolvimento de Políticas de Gestão de Colecções em Portugal em conjunção com outras políticas que levassem a uma abordagem integrada das colecções parecia-me, então como agora, urgente. A primeira parte deste artigo introduzirá uma reflexão sobre os contextos dos casos dos Estados Unidos e do Reino Unido. Estes dois casos marcaram o desenvolvimento destas políticas no âmbito de projectos de Acreditação de Museus: ainda que nascidos em contextos completamente diferentes apresentam preocupações e estratégias comuns que muito influenciaram a implementação de outros programas, nomeadamente europeus. Portugal, Itália, Áustria, Noruega, França, Dinamarca, Polónia, a Irlanda e a Holanda são alguns dos países europeus que a par, por exemplo, da Austrália, da Nova Zelândia e do Canadá desenvolveram programas deste tipo<sup>6</sup>. A segunda parte apresentará, ainda que de uma forma muito sucinta, algumas considerações práticas sobre o desenvolvimento de Políticas de Gestão de Colecções em museus.

## 2. O desenvolvimento das políticas de gestão de colecções

O crescimento em número de museus tem sido igualado pela sua própria transformação – no tipo de museus, nas exposições das colecções que evidenciam novos padrões de apresentação e comunicação e nas atitudes em relação a um público tradicionalmente mais discriminado. Assistimos, ainda, a uma muito bem-vinda consciência da crescente importância de facilitar o acesso às colecções museológicas. Estas transformações são quer uma consequência quer o resultado

---

<sup>6</sup> Ver por exemplo o relatório *From Austrália to Zanzibar* apresentado por Timothy Mason e Jane Weeks em Setembro de 2002 ao Re:source.

de mudanças das expectativas públicas em relação aos profissionais de museologia: níveis e padrões elevados de conhecimento e investigação continuam a assumir a importância de sempre mas, actualmente, cada vez mais se defende que a este conhecimento especializado das colecções deve, igualmente, corresponder um desenvolvimento de capacidades e aptidões mais amplo, que inclua não só uma gestão moderna dos diferentes recursos museológicos mas também novas competências interpretativas.

A experiência museológica das últimas décadas tem, igualmente, conduzido a um entendimento de uma filosofia amplamente aceite de como um museu e as suas funções podem ser definidas. Esta filosofia centra-se, sobretudo, nas responsabilidades que um museu tem em relação às suas colecções e aos seus públicos e no serviço público prestado. Ainda que os museus possam ser geridos por tutelas de diversa natureza – Instituto Português dos Museus, Municípios, Ministério do Ensino Superior, etc. – todos têm essas responsabilidades em comum.

O museu é aqui definido como: "uma instituição permanente, sem fins lucrativos, ao serviço da sociedade e do seu desenvolvimento, aberto ao público, e que adquire, conserva, estuda, comunica e expõe testemunhos materiais do homem e do seu meio ambiente, tendo em vista o estudo, a educação e a fruição"<sup>7 8</sup>.

Também nesta versão<sup>9</sup> foram feitos todos os esforços para incluir todas as funções básicas de um museu no menor número de palavras possível. "Instituição", implica que se trata de um estabelecimento que tem um propósito a longo prazo; "adquire", inclui todas as formas de aquisição; "conserva", compreende todos os aspectos que se relacionam com a conservação e a segurança; "estuda", enfatiza a necessidade de manter registos e investigar, incrementando o manancial de informação associada, informação que no seu todo representa o conhecimento que evita que um objecto museológico seja um mero *curio* e que deveria incluir, de igual forma, todos os registos que se relacionam com a sua história, aquisição e utilização subsequente; "comunica e expõe", confirma as expectativas dos visitantes em relação à possibilidade de ver, de experienciar, pelo menos uma selecção representativa da colecção, pressupondo interpretação e assumindo-se a natureza discursiva destas instituições que inclui nesta função campos tão diversos como são as exposições, a educação, a investigação ou mesmo as publicações; "testemunhos materiais", indica qualquer coisa que é tangível, garantindo a sua autenticidade como "coisa verdadeira"; os objectivos de disponibilização dos seus serviços para "investigação, educação e fruição" associam-se ao cumprimento da

---

<sup>7</sup> COMISSÃO NACIONAL DO ICOM - *Código de Deontologia Profissional*. Estatutos da Comissão Nacional Portuguesa do ICOM, Lisboa, 1995, Anexo, pp. 16.

<sup>8</sup> A versão mais recente da definição de museu aceite pelos museus do Reino Unido e pelo Irish Heritage Council propõe algumas inovações que me parecem extremamente interessantes: "*Museums enable people to explore collections for inspiration, learning and enjoyment. They are institutions that collect, safeguard and make accessible artefacts and specimens which they hold in trust for society*".

<sup>9</sup> A Associação de Museus Britânicos no desenvolvimento da sua definição de museu apresenta parâmetros idênticos.

sua missão "ao serviço da sociedade e do seu desenvolvimento" que pretende espelhar as reflexões actuais – quer no âmbito da própria profissão quer no espaço público – em torno das questões que apresentam o museu como parte integrante dos processos de desenvolvimento.

Como podemos concluir a partir desta definição, existem uma série de responsabilidades e funções assumidas pelos museus no sentido de preservarem o direito de acesso às colecções pelos diferentes segmentos do público. De entre estas responsabilidades e funções podemos destacar as de: inspiração – os museus oferecem a oportunidade de encontro com o mundo natural e com uma parte importante da imaginação e criatividade humana; preservação – na sua capacidade de curadores de materiais únicos relacionados com o património cultural e natural, os museus têm a responsabilidade fundamental de conservar, investigar e gerir as suas colecções; educação e comunicação – através da oferta quer formal quer informal de espaços e recursos de aprendizagem os museus assumem um papel educacional vital; âmbito científico – indiscutivelmente as colecções museológicas são importantes recursos de conhecimento e informação.

Os objectivos fundamentais de um museu alicerçam-se, desta forma, nas funções de coleccionar, preservar, expor e interpretar. Os museus coleccionam "*because they believe that objects are important and evocative survivals of human civilization worthy of careful study and with powerful education impact. Museums thus, carefully preserve their holdings so as to transmit important information to the present generation and posterity*"<sup>10</sup>. Assim as colecções encontram-se no coração de todas as actividades museológicas: o fio comum que encontramos em todos os museus é a sua convicção na importância da evidência material<sup>11</sup> das actividades humanas e da natureza e o seu desejo de as salvaguardarem. A exploração destas colecções em termos de comunicação não é de forma alguma uma actividade secundária mas desenrola-se num segundo momento da *vida museal*.

Ainda que possa desempenhar uma função admirável no seio da comunidade – como um centro de actividades culturais e recreativas, por exemplo – a verdade é que, na minha opinião, sem colecções nenhuma instituição pode correctamente apelidar-se de museu. Esta premissa implica que todas as outras funções museológicas geralmente apreciadas não podem ser conseguidas sem primeiro considerar as colecções; quer dizer, sem primeiro considerar o recurso primário de um museu a partir do qual qualquer outra função se desenvolve. Por isso mesmo é fundamental que as colecções sejam geridas dentro dos parâmetros de uma política cuidadosamente desenvolvida que permita ao museu cuidar e utilizar de forma integrada o que colecciona. Se olharmos as colecções a partir deste ponto de vista elas assumem-se como a nossa preocupação primária.

Após um tempo inicial de coleccionar - talvez mais emotivo -, assistimos agora a um momento de maturidade no qual o museu desperta para as suas responsa-

<sup>10</sup> ALEXANDER, E.P. - *Museums in Motion* AASLH, Nashville, Tennessee, 1979, p. 119.

<sup>11</sup> Mesmo quando nos referimos ao património imaterial pensamos na sua forma de registo material.

bilidades como curador destes recursos extremamente valiosos no âmbito de políticas mais racionais e de uma maior profissionalização do sector. Por outro lado, os museus, cada vez mais, se encontram no centro da atenção pública. A consciência pública de que detêm em custódia parte essencial do património da humanidade, significa que as colecções não são só importantes para o museu onde estão guardadas mas para a sociedade em geral e exige-se-lhes que este património seja preservado de forma responsável. Como Feldman e Weil afirmam "*a new post-1970 morality has sharpened the public sense that museums cannot be managed as private preserves but must be publicly accountable for the art Works they hold in trust*"<sup>12</sup>. Nestes tempos de crescente atenção dos *media* em relação ao património, os museus aprendem sabiamente a manter as suas casas em ordem. Não pode ser demasiado enfatizado que cada museu – seja público ou privado – é *accountable* publicamente. Como Marie Malero já alertava em meados dos anos 80 "*it was rare years ago, for anyone to question the calibre or form of governance in a museum. Not so today. As a more educated and affluent society discovers its local museum, there are numerous cries for openness, participation and change. Objects that once passed silently in and out of museum collections are now the subject of national and international debate. Artists are more vocal, and emerging groups of university-trained professionals are questioning traditional practices*"<sup>13</sup>.

É neste contexto que durante as últimas décadas, os profissionais de museus se têm consciencializado da necessidade de desenvolver políticas de gestão de colecções com o objectivo de melhorar a documentação, conservação e utilização das colecções. Mudanças há muito pedidas em políticas, práticas e procedimentos, desenvolveram-se a partir de preocupações e pressões quer internas quer externas ao sector museológico. No que diz respeito à gestão de colecções, o ponto de partida tem sido, frequentemente, a necessidade de produzir uma declaração de princípios, uma política em relação aos processos de aquisição de colecções, demonstrando que o museu age de acordo com a lei e que coleciona de forma responsável. Os requisitos de adesão à Rede Portuguesa de Museus e a recente Lei-quadro dos Museus Portugueses<sup>14</sup> vieram reforçar esta tendência, também em Portugal.

Estas declarações de princípios levaram, mesmo, diferentes associações profissionais a produzir códigos deontológicos que incluíssem estes aspectos e que se aplicam quer individualmente quer institucionalmente<sup>15</sup>. Outras iniciativas que

---

<sup>12</sup> FOSS, J. - Let's kill all the lawyers: registrars, law and ethics in CASE, M. (ed.) *Registrars on Record*, AAM, Washington D.C., 1988, p. 134.

<sup>13</sup> MALARO, Marie - *A Legal Primer on Managing Museum Collections*, Smithsonian Institution, Washington DC., 1985 p.xii.

<sup>14</sup> Lei-Quadro n.º 47 / 2004 de 19 de Agosto.

<sup>15</sup> No nosso país o Código Deontológico só foi traduzido e publicado pela Comissão Nacional do ICOM em meados da década de 90, ver COMISSÃO NACIONAL DO ICOM - *Código de Deontologia Profissional*. Estatutos da Comissão Nacional Portuguesa do ICOM, Lisboa, 1995.

objectivam o aperfeiçoamento e implementação de normas em museus – nomeadamente em gestão de colecções – incluem a implementação de sistemas de acreditação de museus como os de *Accreditation*, nos Estados Unidos, *Registration* no Reino Unido e, entre nós, a recente constituição de uma Rede de Museus que procura desenvolver, implementar e, de certa forma, uniformizar, princípios e práticas.

## 2.1 Contextos: o caso dos EUA e do Reino Unido

Vários inquéritos públicos, tanto nos Estados Unidos como no Reino Unido (como por exemplo o conhecido relatório *Belmont* de 1968<sup>16</sup> nos EUA e o relatório realizado pelo Instituto de Conservação Inglês em 1974<sup>17</sup>), detectaram sérios problemas em diferentes áreas dos serviços de museus – nomeadamente em gestão de colecções –, demonstrando que era urgente proceder a mudanças estruturantes. Ao mesmo tempo, vinham a lume alguns dos escândalos que haveriam de marcar fortemente os anos 70<sup>18</sup> e que envolviam mais do que uma pobre gestão, dizendo respeito a transacções como importações e exportações ilegais, alienação de colecções para financiamento de novas aquisições, conflito de interesses, etc. e que chocaram, fortemente, a opinião pública. O nível de preocupação alargou-se para além do campo estritamente museológico e é interessante notar, de certa forma, que a comunidade académica, as profissões jurídicas e em grande parte os media, se envolveram nestas discussões, exigindo mudanças e exercendo uma forte pressão externa. Ao mesmo tempo, as exigências de públicos cada vez mais sofisticados que pediam um serviço público mais relevante que se aliavam ao desejo de uma maior *accountability* por grupos-chave da sociedade, exigiam desenvolvimentos verdadeiramente significantes e abrangentes.

Como resposta a este clima agitado, a comunidade museológica sentiu a necessidade de re-examinar os seus princípios, estabelecendo normas a partir das quais pudessem avaliar a sua actuação e implementando códigos deontológicos que definissem os limites da actividade profissional<sup>19</sup>.

Um plano de Acreditação de Museus foi desenvolvido nos EUA pela *Association of American Museums* (AAM) em 1971 e, no Reino Unido, pela *Museums and Galleries Commission* (MGC) em 1974, constituindo-se como um

---

<sup>16</sup> ASSOCIATION OF AMERICAN MUSEUMS - *Belmont Report to the Federal Council on the Arts and Humanities*, AAM, Washington DC, 1968.

<sup>17</sup> INTERNATIONAL INSTITUTE FOR CONSERVATION - *Conservation in Museums and Galleries: a Survey of facilities in the United Kingdom*, IIC UK Group, 1974.

<sup>18</sup> Por exemplo, a aquisição em 1969 de um pequeno quadro de Rafael pelo *Museum of Fine Arts* de Boston: o quadro não foi declarado nos serviços alfandegários quando entrou nos Estados Unidos na mala do conservador do museu e acabou por ser reclamado como propriedade roubada em Itália (ver outros casos em ALEXANDER, op. citado); Marie MALARO - (op. citado) descreve igualmente casos que envolveram membros da direcção de diferentes museus por violações de direitos fiduciários e outros.

<sup>19</sup> De qualquer forma, nos EUA, as normas para museus começaram a ser debatidas desde 1906, aquando da fundação da AAM.



programa pioneiro no panorama europeu. Este último modelo acabou por ser substituído por um sistema de Registo em 1988. Qualquer um destes programas pretendia avaliar o trabalho realizado em museus nas suas diversas vertentes e implementar normas, nomeadamente para gestão de colecções<sup>20</sup>. Nos últimos quinze anos assistimos ao desenvolvimento de projectos similares no resto da Europa e ainda que, logicamente, qualquer um destes programas tenha diferentes abordagens e estratégias que reflectem a realidade e o contexto local, todos partilham algumas das premissas básicas<sup>21</sup>: o desejo de melhorar a qualidade dos museus, de inovar, de disponibilizar serviços que sejam relevantes para as sociedades que integram. Todos estes programas revelam a aspiração do grupo profissional de reavaliação dos seus princípios e *raison d'être*; promovem a cooperação entre museus, a formação contínua dos seus profissionais; e, frequentemente, definem normas mínimas de actuação nos mais diversos sectores da acção museológica.

### **Accreditation / EUA**

O clima vivido nos Estados Unidos durante os anos 60-70 – que mais tarde se reflectiu no escândalo *Watergate* – provou que nenhuma instituição estava a salvo de investigação pública. Também os museus foram alvo do escrutínio público, sentindo necessidade de demonstrar que geriam correctamente os recursos a seu cargo, nomeadamente, no que dizia respeito ao serviço que prestavam à comunidade e à gestão das colecções de que eram curadores.

O primeiro ímpeto para que os museus examinassem normas e programas foi, certamente, o relatório *Belmont*<sup>22</sup>. Este relatório foi, aliás, a resposta a um crescimento sem precedentes do número de museus nos Estados Unidos durante os anos 60. Muitos destes museus apresentavam graves problemas de financiamento e uma base institucional incerta e, frequentemente, tinham sido estabelecidos por outras razões que não as puramente dedicadas ao conhecimento e serviço público. Os níveis de actuação variavam largamente e, apesar da uniformidade não ser possível nem desejada, sentiu-se a necessidade de organizar directrizes que definissem normas e níveis mínimos de serviço profissional a que os museus deveriam aspirar e pelos quais desejariam ser avaliados.

O Governo Federal demonstrou as suas preocupações em relação aos resultados deste relatório e fez um número de recomendações acerca, por exemplo, do apoio Federal a museus, indicando a forte necessidade de desenvolver normas de acreditação: "*the community should develop standards of accreditation against*

---

<sup>20</sup> O *Nova Scotia Museum Assistance Programme* iniciou-se em 1966, desenvolvendo alguns destes aspectos.

<sup>21</sup> A Austrália, Nova Zelândia, alguns países asiáticos e Canadá assistiram, igualmente, ao desenvolvimento de programas deste tipo.

<sup>22</sup> ASSOCIATION OF AMERICAN MUSEUMS - *Belmont Report to the Federal Council on the Arts and Humanities*, AAM, Washington DC, 1968.

*which excellence of individual museums can be measured*"<sup>23</sup>. A resposta subsequente a esta situação foi a actualização de códigos deontológicos e, internamente, o desenvolvimento e implementação de regulamentos internos e, externamente, de legislação governamental.

É no contexto deste clima e com o apoio do Governo Federal que se introduz o projecto de Acreditação. Uma forte corrente de opinião representada por muitos profissionais de museus, defendia que os museus deveriam, como um todo, tentar uma auto-avaliação, promovendo, assim, a auto-confiança institucional que resultaria num fortalecimento da profissão. Pensou-se também que este projecto seria igualmente importante – ainda que se de algum risco – para agências privadas e governamentais que poderiam assumir o estatuto de "museu acreditado", como uma base para uma avaliação qualitativa ao considerarem pedidos para subsídios.

Reconheceu-se, todavia, a dificuldade em criar um sistema de Acreditação que pudesse ser aplicado de forma igualitária a todos os museus. Estavam conscientes que um sistema que tendia para o *nivelamento e normalização* de museus seria não só errado mas falharia. As contribuições únicas de cada museu foram consideradas essenciais. No entanto, partiu-se do princípio que, apesar das diferenças, os museus tinham um objectivo comum: tentar apresentar-se ao público de uma forma profissional e contribuir para o desenvolvimento do conhecimento, de acordo com a sua capacidade e natureza. Este sistema de acreditação procurava demonstrar publicamente que os museus reconheciam e aceitavam este objectivo comum e que procuravam atingi-lo, aderindo a normas profissionais de qualidade e desempenho<sup>24</sup>.

O projecto iniciou-se em 1971. Os museus-candidatos preenchem um questionário que é, basicamente, um plano geral para um auto-exame dos seus próprios recursos, planos e actuações, apresentando, além disso, uma declaração da sua missão. Este processo de candidatura é uma oportunidade para cada candidato reflectir sobre a sua actuação. Após avaliação *in situ* de uma Comissão que verifica as declarações expressas no questionário, o museu é acreditado ou o seu pedido de acreditação fica pendente (pelo máximo de um ano) enquanto os problemas encontrados procuram ser resolvidos; ou, simplesmente, o museu não é acreditado<sup>25</sup>.

Ainda que este projecto tenha sido muito criticado<sup>26</sup> foi geralmente considerado positivo. Foi compreendido como a base para definir normas e necessidades em

<sup>23</sup> BRADEMAS in FITZGERALD, M. H. - *Museum Accreditation: Professional Standards*, AAM, Washington DC, 1973, p. 3.

<sup>24</sup> FITZGERALD, M. H. - *Museum Accreditation: Professional Standards*, AAM, Washington DC, 1973.

<sup>25</sup> Actualmente os museus fazem um pagamento aquando da sua candidatura e pagam, igualmente, uma quota anual para continuarem no programa. Este pagamento inicial e a quota são iguais para todos os museus, independentemente da sua natureza. Para além disso, cada museu é responsável pelo pagamento de despesas de deslocação e alojamento dos membros da comissão avaliadora (ver MASON, Timothy e WEEKS, Jane - *From Austrália to Zanzibar*, September, Re:source, 2002, p. 8).

<sup>26</sup> Ver por exemplo NICHOLSON, T.D. - The ethics and responsibilities of museums with respect to acquisition and disposal of collection materials, *Curator* 17(1) Nova Iorque, 1981, 5-9.

museus e, logo, como uma solução para um dos problemas críticos que a profissão enfrentava. A *Association of American Museums* sempre enfatizou os benefícios positivos deste projecto. Os museus acreditados relatavam a sua própria experiência e apresentavam argumentos em relação ao valor deste sistema. Em muitos casos, uma candidatura encetava um plano de desenvolvimento compreensivo da instituição<sup>27</sup>.

Alguns dos mais importantes museus publicaram as suas políticas respeitantes à aquisição de objectos<sup>28</sup> e a *New York State Association of Museums* publicou "*The Ethics and Responsibilities of Museums With Respect to Acquisition and Disposal of Collection Material*" em Abril de 1974, onde incluía o princípio de não aceitação ou aquisição de qualquer objecto a que o museu não pudesse oferecer as condições adequadas de reserva, protecção e conservação que assegurassem a sua salvaguarda e acessibilidade. Estas primeiras políticas abriram o caminho para o desenvolvimento de políticas de gestão de colecções.

Em 1978, a *Association of American Museums* publicou o seu Código Deontológico<sup>29</sup>, código que iria recuperar e actualizar o código ético adoptado já em 1925 e que tinha sido esquecido durante muitos anos. É importante sublinhar que este código considerava em primeiro lugar a colecção: a necessidade de preservação, a aquisição legal das colecções e a alienação de forma adequada de objectos. Pareceres, utilização comercial, disponibilidade das colecções, apresentações científicas e a utilização de restos mortais humanos e de objectos sagrados, foram questões igualmente examinadas.

A publicação do artigo de Marie Malero a propósito das políticas de gestão de colecções, em 1978, e um livro que publicou mais tarde – "*A Legal Primer on Managing Museum Collections*"<sup>30</sup> – foram, talvez, outra das respostas do grupo em relação ao clima de desconfiança que se vivia na altura. O livro apontava todos os aspectos legais que afectavam os museus bem como um corpo bastante alargado de casos legais que envolveram museus, alertando os responsáveis para as suas responsabilidades e para a necessidade de implementar políticas de gestão de colecções coerentes, articulando o valor destas políticas, após a crise de confiança que o sistema museológico americano enfrentou entre os anos 60 e 70.

Outra das iniciativas que apoiou o desenvolvimento das políticas de gestão de colecções nos Estados Unidos foi a criação do *Museum Assessment Program* (MAP) que era, na generalidade, um serviço consultivo que oferecia assistência prática para auxiliar os museus a melhorar a qualidade das suas operações e da própria profissão. De igual forma, o *Technical Information Service* (TIS) da *Association of American Museums* responde a questões específicas apresentadas pela comunidade museológica e recolhe e difunde informação prática acerca das

<sup>27</sup> Ver, por exemplo, FITZGERALD, M. H. - *Museum Accreditation: Professional Standards*, AAM, Washington DC, 1973.

<sup>28</sup> HOVING, T.P.F. - A policy statement from the Met, *Museum News*, May, Washington DC, 1973,43-45.

<sup>29</sup> ASSOCIATION OF AMERICAN MUSEUMS - *Museum Ethics*, *Museum News*, 56(4), Washington DC, 1978, 21-30.

<sup>30</sup> Op. citado.

normas e práticas museológicas, propondo edições de interesse para o sector: publicações informativas, listas bibliográficas, etc.

A consciencialização acelerada da importância destas políticas é bem ilustrada por uma série de relatórios acerca do estado dos museus americanos produzidos em meados dos anos 80<sup>31</sup> que enfatizavam a necessidade de investimento nesta área. Não é pois surpreendente que, historicamente, os museus dos Estados Unidos tenham sido os primeiros a nomear um número significativo de *Registrars* / Gestores das Colecções com o papel convencional destes profissionais definido por Dudley e Wilkinson no "*Museums Registration Methods*" em 1979. A acreditação converteu-se no principal mecanismo no terreno para assegurar a qualidade e responsabilidade pública assim como uma estratégia crucial para a sua revisão e melhoria de serviços.

### **Accreditation e Registration / Reino Unido**

Os dez anos que medeiam entre 1965 e 1975 representam um período importante no desenvolvimento de museus no Reino Unido. Não só o número de museus cresceu rapidamente mas surgiram, igualmente, novos tipos de museus que procuravam responder às condições sociais e culturais do tempo. A expansão e a diversificação de museus produziram novas necessidades e desenvolveram novos saberes a par de um diferente entendimento do que era a missão dos museus e do seu papel na sociedade.

O início dos anos 70 conheceu a fundação da primeira organização que apoiava os museus a nível nacional. Conhecida como *National Heritage*, com uma subdivisão em *Museum Action Group*, a sua génese pode ser atribuída à preocupação de que os museus se aproximavam de uma situação de crise e, talvez mesmo, ao reconhecimento da inexistência de uma política nacional. Esta estrutura foi ainda responsável pela introdução do Prémio Museu do Ano (1973). Ao mesmo tempo, a *Museums Association* via crescer o seu número de associados que cada vez mais se preocupavam com "o estado das colecções da Nação"<sup>32</sup>.

O ímpeto para o desenvolvimento de políticas de gestão de colecções no Reino Unido sobreveio, principalmente, a partir de pressões externas de *accountability*. Já desde 1912 que os museus nacionais se viam pressionados pelo *Exchequer and Audit Department* (da responsabilidade do *Public Accounts Committee*) e os museus municipais (*Local Authority Museums*) sentiam pressões comparáveis do *District Audit*, pelo menos a partir de meados dos anos 70. Auditorias e controle eram exercidos por auditores desta instituição que ocasionalmente verificavam a

<sup>31</sup> Ver por exemplo, ASSOCIATION OF AMERICAN MUSEUMS- *Museums for a New Century*, Report of the Commission on Museums for a New Century, AAM, Washington DC, 1984; SLATE, J. - Caring for the nation's common wealth, *Museum News*, 64, 1985, 38-45.

<sup>32</sup> LEWIS, G. D - *Museums in Britain: 1920 to the present day* in Thompson, J. (ed.) - *Manual of Curatorship*, Chapter IV, Butterworths, Londres, 1984, 38-53.

documentação e colecções em muitos destes museus locais. No caso dos museus universitários, o controle e verificação das colecções era normalmente deixado à discrição do pessoal do museu, sem qualquer auditoria externa formal das colecções pela tutela ou por qualquer corpo externo<sup>33</sup>.

A influência do projecto desenvolvido pelos Estados Unidos, a crescente profissionalização do sector e a necessidade de *accountability* dos museus levou o Reino Unido a iniciar um sistema de acreditação de museus em 1974, adoptando um documento apresentado pela Comissão de Acreditação na Conferência de 1971 da *Museums Association*. Este documento continha a definição de museu – que se constitui como fundamental para a filosofia que enquadra este Projecto – bem como os requisitos mínimos essenciais que deviam orientar o funcionamento de um museu. Estabelecia, analogamente, um sistema voluntário de acreditação de museus. Este projecto nunca foi verdadeiramente aceite e foi, em grande parte, ignorado porquanto era compreendido como um prémio de excelência em vez de ter em conta a instituição como um todo: as suas competências básicas e a estabilidade institucional e financeira, a sua relação com os objectivos e políticas declaradas. Outra das dificuldades, prendia-se com o facto de os museus nacionais não terem aderido a este programa o que, de certa forma, o desacreditava. Por outro lado, a *Association of Metropolitan Authorities* argumentava que não podia ser um corpo profissional (a *Museums Association*) a aprovar ou desaprovar os serviços oferecidos pelas *Local Authorities*. A verdade é que quando este projecto foi introduzido o efeito da reorganização do Governo Local começava a tornar-se claro mas ainda não existia um padrão uniforme de serviços museológicos, o que dificultava a sua organização. Há ainda que referir que, diferentemente do projecto americano congénere, este sistema de acreditação não teve muito sucesso porque não estava relacionado com qualquer apoio financeiro que daria aos museus um outro incentivo para se candidatarem<sup>34</sup>.

Com o objectivo de ultrapassar estes problemas, a *Museums and Galleries Commission* (MGC) em parceria com a *Area Museum Council* (AMC) lançou uma nova iniciativa em Abril de 1988, com vista ao estabelecimento de um novo sistema de registo para museus, introduzindo linhas de orientação detalhadas produzidas por um grupo de trabalho formado por especialistas do campo. É importante realçar que este projecto teve o apoio da comunidade profissional museológica. De facto, baseou-se em propostas desenvolvidas pela *Museums Association* e foi desenvolvido pela *Museums and Galleries Commission* em parceria quer com esta associação profissional quer com a *Association of Independent Museums*. Logo em 1986, o nordeste de Inglaterra conheceu um projecto-piloto que procurou testar este sistema mas, verdadeiramente, a primeira fase do projecto principal só se inicia em 1988, dividindo-se em quatro partes que

---

<sup>33</sup> *Ibidem*.

<sup>34</sup> THOMPSON, J. - Accreditation in Thompson, J. (ed.) *Manual of Curatorship*, Chapter IV, Butterworths, Londres, 1984, 38-53.

abarcavam diferentes sectores da acção museológica. Os museus que não estivessem registados no final desta primeira fase não seriam elegíveis para apoio do seu *Area Museum Council*.

Este projecto tinha dois objectivos principais: primeiro, estabelecer requisitos mínimos para um museu em termos da sua constituição, política de aquisição e preservação e, assim, contribuir para o melhoramento da qualidade de modelos e normas museológicas no Reino Unido; segundo, permitir ao museu demonstrar ao público e a agências potencialmente financiadoras, que eram merecedores de apoio. Cada museu teria que renovar a sua candidatura cada cinco anos ainda que o seu progresso fosse monitorizado anualmente.

Os objectivos dos projectos de Acreditação e Registo não eram muito diferentes mas os benefícios eram melhor definidos: primeiro, um museu registado era elegível para subsídios e outros serviços da *Area Museum Council* e *Musems and Galleries Commission* e outras organizações financiadoras concordaram em considerar o registo de um museu como um factor importante a considerar nos seus próprios projectos de apoio; segundo, o estatuto de Museu registado oferecia a oportunidade de um museu se publicitar como uma organização que promovia e disponibilizava um leque básico de qualidade de serviços públicos. Estes incentivos, combinados com o facto de que este sistema diz respeito sobretudo ao estabelecimento de um enquadramento de políticas, resultaram em mais de 90% de candidaturas dos membros existentes nas diferentes *Area Museum Council* logo durante esta primeira fase e foi, na generalidade, considerado um sucesso.

De forma diferente do seu predecessor, este sistema requeria que o museu cumprisse um grupo de normas consideradas mínimas para o funcionamento de qualquer museu. Este grupo incluía questões relacionadas com a administração e constituição do próprio museu e, nomeadamente, questões relacionadas com a gestão de colecções. É verdade que, na generalidade, todos concordamos que cada museu tem uma identidade única e deve desenvolver normas individuais apropriadas que apoiem o desenvolvimento e implementação de estratégias particulares que permitam cumprir os seus objectivos e missão. Esta abordagem individual tem a virtude acrescida de definir normas para os museus sem encorajar a estandardização. No entanto, a definição de "padrões", de requisitos mínimos é um instrumento de trabalho que – se tiver em conta a diversidade e diferente natureza dos museus – pode ser muito útil na implementação de estratégias de excelência. Podemos encontrá-los em alguns dos primeiros documentos que expressavam já "as melhores práticas", como os manuais, e em alguns documentos de trabalho publicados pela *Museums and Galleries Commission*<sup>35</sup>. A profissão museológica do Canadá abordava este campo com a publicação-chave "*Standards for Community Museums in Ontario*" publicada em 1981.

---

<sup>35</sup> Nomeadamente o que se referia à preservação em reserva dos arquivos arqueológicos: MUSEUMS AND GALLERIES COMMISSION - *Eligibility Criteria for the Grant-Aided Storage of Excavation Archives*, Londres, HMSO.1986.

Esta definição de requisitos mínimos e de padrões de qualidade era um conceito relativamente novo para o sector público e abria, de certa forma, novos caminhos para o sector cultural. Não é pois surpreendente que esta primeira fase tenha sido sobretudo uma fase de aprendizagem que se concentraria nas áreas de acção que foram consideradas fulcrais para um desenvolvimento sustentado do sector. Quer dizer, havia que considerar em primeiro lugar as questões que se relacionavam com a gestão do museu e com a gestão das colecções. Ainda que outras áreas fossem igualmente consideradas as colecções foram compreendidas como uma prioridade.

Este projecto de Registo iniciou uma segunda fase em 1995 e está, actualmente, a dar lugar já a uma terceira revisão. Para além de continuarem a concentrarem as suas atenções na gestão de colecções, estas revisões têm vindo a demonstrar a maturidade deste programa, concentrando-se cada vez mais em questões que se relacionam com a responsabilidade social destas instituições. Durante este segundo período, o sector cultural britânico conheceu uma série de reestruturações que envolveram o sector museológico que passou a fazer parte de uma nova agência governamental – o *Council for Museum, Libraries and Archives* – que agrega os museus, as bibliotecas e os arquivos. Esta agência foi criada em Abril de 2000 (conhecida anteriormente como *Re:source*) vindo substituir a *Museums and Galleries Commission* e a *Library and Information Commission*. Esta instituição tem como principal função fomentar e apoiar o desenvolvimento do sector em todas as suas vertentes e gere actualmente o projecto de *Registration* com o apoio dos *Area Museum Councils* que actuam como agentes locais junto dos diferentes museus<sup>36</sup>.

Também neste projecto a candidatura ao estatuto de "museu registado" oferecia ao museu a oportunidade de reexaminar os seus princípios e práticas. Actualmente, uma comissão avaliadora formada por elementos da *Area Museum Councils* e das *Regional Agencies* de museus, arquivos e bibliotecas avalia a candidatura numa segunda fase tomando uma decisão: o museu é registado; o museu é colocado num registo provisório, tendo que resolver os problemas apontados pela comissão avaliadora num determinado período de tempo; ou, simplesmente, o estatuto é recusado<sup>37</sup>.

## Conclusão

Da discussão acima apresentada conclui-se que diversos factores externos e internos levaram a uma reapreciação das normas do sector museológico através da criação de sistemas de Acreditação e a um interesse renovado, no mundo

<sup>36</sup> Este modelo – "agentes locais" – tem sido compreendido como sendo pouco rigoroso e demasiado oneroso para a administração central que parece cada vez menos interessada em apoiá-lo.

<sup>37</sup> MUSEUMS, LIBRARIES AND ARCHIVES - *The Accreditation Scheme for Museums in the United Kingdom*, disponível em [www.mla.gov.uk](http://www.mla.gov.uk).

anglo-saxónico, pelos Códigos Deontológicos da profissão. Estas iniciativas conduziram à implementação de políticas de gestão de colecções.

Os desenvolvimentos das últimas décadas não são, porém, unicamente característicos do mundo anglo-saxónico. Outros países testemunharam um crescimento similar, diversidade e modernização que tem, em grande parte, sido financiada pelos respectivos governos e fundos comunitários. Em França, no Canadá, nos Países Baixos, na Alemanha e em Espanha, por exemplo, os diferentes governos melhoraram a qualidade da gestão de colecções e sua apresentação aos públicos.

Em Portugal desenvolveu-se, similarmente, um sistema de acreditação de museus apoiado pela recente Lei-quadro dos museus e que se materializou na constituição de uma Rede Portuguesa de Museus. Com o fim de encorajar a reflexão sobre os modos de definir conceptualmente esta rede de museus, o Instituto Português dos Museus levou a cabo um estudo, em parceria com o Observatório das Actividades Culturais, com o objectivo de ter "um conhecimento e compreensão rigorosa" da realidade museológica, avaliando as instituições museológicas a partir de parâmetros de análise baseados em conceitos museológicos contemporâneos<sup>38</sup>. Por outro lado, sentiu-se que era necessário construir novos indicadores para o estudo deste sector cultural em rápida transformação e, ainda, que era necessário definir metodologias mais atualizadas e completas para as bases de dados existentes.

Na apresentação deste estudo, Raquel Henriques da Silva, na altura Directora do IPM<sup>39</sup>, oferece uma útil análise geral dos resultados que caracterizam o sector: a extrema "juventude" da maior parte dos museus portugueses; uma distribuição geográfica desequilibrada que acompanha as assimetrias demográficas, económicas e culturais do país; a diversidade de colecções e a multiplicidade de tutelas. Para além disso, os museus portugueses, no seu todo, lutavam em relação a dificuldades e constrangimentos diversos, nomeadamente a falta de recursos humanos qualificados e a inexistência de um orçamento e programa de actividades orientadas para diversos públicos. De facto, a imagem apresentada por este estudo é algo pessimista: do universo de 530 respostas consideradas para análise, só 152 unidades preenchem o grupo de critérios relacionados com as variáveis de análise recomendadas a nível nacional e internacional para a definição do que um museu é. Se é verdade que o tecido museológico português demonstrava sinais evidentes de dinamismo, e também algum reconhecimento social, era, no entanto, extremamente desequilibrado na sua distribuição de aquisições e necessidades.

Tendo em conta o estado-da-arte inequivocamente apresentado pelo estudo, acreditava-se que era urgente e vital promover os critérios definidos com as diversas tutelas que pudessem evitar a proliferação de situações, supostamente museológicas, de "colecções" ou "tradições" ou "heranças" que, na realidade, não eram

---

<sup>38</sup> IPM / OAC - *Inquérito aos Museus em Portugal*. Lisboa: Ministério da Cultura / Instituto Português dos Museus, 2000, p. 11-17.

<sup>39</sup> SILVA, Raquel Henriques – Apresentação in IPM / OAC - *Inquérito aos Museus em Portugal*, Lisboa: Ministério da Cultura, 2000, p.12-15.



consideradas museus mas que podiam ser consideradas de importância patrimonial. Esta urgência é também alargada à qualificação das instituições existentes. É argumentado que, para além disso, era crucial clarificar os critérios que configuram cada um dos museus e as suas funções, bem como o papel que deveriam desempenhar a nível nacional, regional e local <sup>40</sup>. Neste sentido, durante 2000, o IPM criou a Estrutura de Projecto da Rede Portuguesa de Museus (RPM) para estudar e apresentar um modelo de rede; desenvolver programas de apoio para os museus para as diferentes áreas funcionais e seu respectivo desenvolvimento técnico; e, finalmente, para a promoção de programas de formação.

A noção de rede apresentada e desenvolvida neste documento é uma de um sistema de mediação e articulação entre entidades de carácter museológico, cujo objectivo é promover a comunicação e cooperação, antecipando o melhoramento do panorama museológico português. A definição de museu adoptada é a produzida pelo ICOM e, o projecto de rede apresentado inspira-se, sobretudo, no modelo congénere inglês. Os seguintes princípios fundamentais desta Rede são avançados: articulação e comunicação; cooperação e partilha; flexibilidade e transversalidade; aumento do potencial de recursos locais e regionais; inclusão e participação. Com a colaboração do campo como um todo (museus, universidades, associações profissionais, etc.) pensa-se que é possível alcançar objectivos comuns de forma mais efectiva e criativa: promovendo a comunicação, actualizando os parâmetros de qualidade e elevando os níveis de exigência em relação à *performance* das funções culturais e sociais das entidades museológicas, aqui entendidas como contribuições vitais para o desenvolvimento local, regional e nacional <sup>41</sup>.

O programa apresentado pela RPM estrutura-se em torno de três eixos principais: de Informação, Formação e Qualificação. Estes três eixos preconizam o desenvolvimento, divulgação e implementação de *boas práticas*. Programação museológica, comunicação e divulgação, conservação preventiva, documentação e inventário são áreas de acção museológicas apoiadas directamente pela Rede. Paralelamente, as candidaturas a apoios financeiros no âmbito do III Quadro Comunitário de Apoio carecem do seu parecer técnico. Ambas as candidaturas pressupõem grelhas de avaliação, cujos parâmetros reflectem os princípios e as normas internacionais, nomeadamente do ICOM. O processo de adesão à Rede serve, em princípio, os propósitos de auto-reflexão sobre os princípios e práticas de cada instituição, resultando, como nos outros casos, na adesão plena ou "em processo de adesão" ou, simplesmente, na não integração <sup>42</sup>. Com a nova Lei-Quadro o Conselho Consultivo de Museus assume um lugar de destaque em todo este processo de acreditação <sup>43</sup>.

---

<sup>40</sup> *Ibidem*.

<sup>41</sup> Ver CAMACHO, C. F.; FREIRE-PIGNATELLI, C.; MONTEIRO, J. S. - *Rede Portuguesa de Museus – Linhas Programáticas*. Lisboa: Instituto Português de Museus e Rede Portuguesa de Museus, 2000, p. 40

<sup>42</sup> RPM / OAC - *Rede Portuguesa de Museus – Linhas Programáticas*. Lisboa: Instituto Português de Museus e Rede Portuguesa de Museus, 2000, p. 51

<sup>43</sup> A bem-vinda descentralização dos centros de decisão na estrutura do Conselho de Museus apresentada só é, porém, parcialmente conseguida.

A 8 de Maio de 2004 foi finalmente aprovada por unanimidade no Parlamento, a Lei-quadro dos Museus que prevê a criação de um Conselho de Museus. Esta lei assegura o enquadramento jurídico da realidade museológica portuguesa, define o conceito de museu; estabelece os procedimentos a cumprir na criação de novos museus; identifica as funções museológicas e regula um conjunto de responsabilidades associadas ao seu cumprimento; determina a necessidade de existência de pessoal qualificado bem como de recursos financeiros adequados à sustentabilidade do museu; estabelece o modelo de acreditação de museus; prevê formas descentralizadas de apoio técnico; institucionaliza a Rede Portuguesa de Museus, órgão consultivo na dependência directa do Ministro da Cultura. Nas palavras de Manuel Bairrão Oleiro<sup>44</sup>, director do IPM, trata-se de um texto que "reforça a responsabilidade das equipas técnicas que neles trabalham, na procura comum de novos patamares de exigência, a alcançar como resultado de constantes iniciativas de qualificação dos museus e dos serviços por eles prestados" na definição da política museológica nacional.

Os princípios orientadores advogados nesta lei – como os de serviço público, cooperação institucional e internacional, descentralização e transversalidade, desenvolvimento integrado e cidadania, comunicação e divulgação alargada, qualificação e avaliação – indicam, por um lado, a centralidade das questões que se relacionam com a profissionalização e acreditação do sector e, por outro lado, a adopção de uma *gramática* que se aproxima do sector cultural em geral, revelando uma maior abertura em relação às questões que afectam a sociedade contemporânea.

Ainda que a Política de Gestão de Colecções não seja especificamente mencionada, quer pela RPM quer pela recente Lei-Quadro dos museus que apresenta a credenciação de museus como uma forma de introduzir "padrões de rigor e de qualidade no exercício das funções museológicas dos museus portugueses"<sup>45</sup>, são referidas normas e planos (por exemplo de documentação e segurança) que podem fazer parte deste documento essencial. A segunda parte deste artigo apresentará, ainda que de uma forma muito sucinta, algumas considerações práticas sobre o desenvolvimento de Políticas de Gestão de Colecções em museus.

---

<sup>44</sup> OLEIRO, Manuel Bairrão - Anteprojecto de Lei-Quadro dos Museus. *Boletim Trimestral da Rede Portuguesa de Museus*, Junho, 2003, p. 1-2.

<sup>45</sup> Lei-Quadro n.º 47 / 2004 de 19 de Agosto, CAPÍTULO IX, SECÇÃO I, Artigo 111º.